

CLIPPING IMPRESSO

25/05/2022



INDICE

1. DECISÕES	
1.1. JORNAL O PROGRESSO.....	1
2. ESMAM	
2.1. JORNAL O PROGRESSO.....	2 - 3
3. INSTITUCIONAL	
3.1. FOLHA DE SÃO PAULO.....	4 - 5
3.2. JORNAL O PROGRESSO.....	6
4. PRESIDÊNCIA	
4.1. JORNAL PEQUENO.....	7 - 8

Judiciário entra no metaverso com promessa de acessibilidade

Projeto inédito da Justiça do Trabalho em Mato Grosso reuniu avatares e ganhou apoio de juízes e moradores

FOLHAJUS

Géssica Brandino

MOGI DAS CRUZES (SP) Avatares de juízes, advogadas, universitários e comunicadores de diferentes estados fluíam pelo saguão de palestras da vara do trabalho do município de Colíder (MT), do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 23ª Região.

Ali eles pararam para ouvir a juíza Grazielle Cabral Braga de Lima em uma experiência de uso dos recursos do metaverso no Judiciário.

O conceito ainda está em desenvolvimento, mas se refere a uma espécie de realidade virtual com dimensões do mundo real, em que será possível se conectar a outras pessoas de forma mais imersiva.

Magistrados entusiastas do uso da nova tecnologia acreditam que o metaverso poderá ser uma opção para audiências virtuais, conforme os recursos forem aprimorados. Desde já, ela permite abrir as portas da unidade judicial para um público mais amplo, por

meio de palestras e visitas.

O projeto-piloto, realizado no início do mês, foi uma parceria entre a vara de Colíder, cidade de cerca de 34 mil habitantes, e a empresa View 3D Studio, que criou a versão digital da unidade espelhando a versão do mundo real, do gramado verde na área externa às texturas das poltronas dentro das salas.

Os visitantes acessaram o local pelo software AltspaceVR, da Microsoft, sem necessidade de uso dos óculos de realidade virtual, que expandem a experiência do 2D para o 3D.

Bastava apenas instalar o programa, configurar o avatar à sua imagem e semelhança e, com o uso de uma senha de acesso, entrar no mundo virtual, onde Grazielle falou sobre a nova tecnologia, fez uma palestra sobre acidentes de trabalho e recebeu o cumprimento de colegas.

A reação aparecia com nuvens de palminhas e corações durante as interações feitas entre os 22 participantes que estiveram na sala.

Ali foi possível circular pe-

lo espaço usando os botões de direcionamento, como em um jogo de videogame.

No saguão de audiências, era possível navegar por uma tela de apresentação que mostrava os projetos sociais apoiados pelo comitê gestor de ações afirmativas de Colíder com recursos de condenações da Justiça do Trabalho.

Na visita à sala de audiências, os avatares se cruzavam pelo cenário de animação ao redor de uma grande mesa com vários computadores.

Todo o cenário foi desenvolvido ao longo de dois meses pela empresa de animação. Bernardo de Azevedo, um dos sócios, afirma que o projeto é uma iniciativa pioneira no Judiciário.

“Tivemos um excelente retorno e a receptividade foi até melhor do que esperávamos. Essa iniciativa piloto foi fundamental para mostrar o potencial do metaverso como um todo”, diz Azevedo.

Grazielle concorda e conta que recebeu mensagens de juízes e servidores da Justiça em vários estados interessados na iniciativa, que também chamou a atenção da população local. “Tive muitas postagens e repostagens nas redes sociais, onde você observa o orgulho de uma cidade tão pequena e distante como pioneira de um projeto tão inovador e tecnológico”, conta.

O evento serviu como um teste para vencer resistências no meio Judiciário em relação ao ambiente virtual. A ideia surgiu em março, após

uma transmissão ao vivo sobre o tema feita por Grazielle e o juiz Maximiliano Carvalho, substituto da 1ª vara do trabalho de Araguaína, no Tocantins, que falavam sobre as vantagens e desvantagens da realidade virtual.

Mestre em gestão pública contemporânea com uma dissertação sobre a transformação digital do Judiciário, Carvalho afirma que vê o uso do metaverso como uma forma de agregar novas formas de interação com a sociedade.

O magistrado também defende que o Judiciário se adiante e esteja presente nes-

se espaço, para lidar com as questões jurídicas que possam surgir ali. “Dentro do metaverso hoje já existem relações civis, de consumo, trabalho e até penais. Se essas coisas estão acontecendo ali, o Estado precisa estar presente para dar apoio ao cidadão.”

Entusiasta do uso da tecnologia como meio de tornar a Justiça mais acessível, Grazielle diz que no futuro o metaverso pode fazer parte dos recursos oferecidos nas chamadas salas passivas — espaços criados nas varas para que pessoas sem internet possam participar das audiências virtuais.

Reprodução/AltspaceVR/Vara de Colíder



Juíza Grazielle Cabral Braga de Lima dá palestra sobre realidade virtual na vara do trabalho de Colíder, no Mato Grosso, em sua versão criada no metaverso

“Com a velocidade em que o metaverso está se desenvolvendo, creio que daqui alguns anos será aceitável que haja audiências e atos jurídicos praticados no metaverso, mas é um futuro distante, uma realidade que a gente não sabe quando [ocorrerá]. Talvez para os nossos filhos.”

Outra experiência com o metaverso está prevista para acontecer na 1ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná (RO) do TRT-14 (Tribunal Regional do Trabalho da 14ª região), do juiz Carlos Antonio Chagas Junior, que também prestigiou a palestra em Colíder com seu avatar e identifica como um incentivador do uso de recursos tecnológicos.

Ainda não há uma data para o lançamento, mas já houve autorização do tribunal para que a vara seja criada de forma permanente e possa ser utilizada de formas variadas.

O juiz destaca que em Rondônia e no Acre as distâncias são gigantescas e que com as audiências virtuais durante a pandemia de Covid-19, o acesso foi facilitado, pois não é mais preciso viajar cinco dias de barco para comparecer presencialmente.

“O metaverso está aí, é uma realidade, e vai avançar cada vez mais. O poder público está avançando no uso da tecnologia. Isso agrega valor, agrega tempo”, diz o magistrado.

Bastidores

Coriolano Filho

DRT 1069-MA

editoria@oprogresonet.com

Lei derrubada

O Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Sebastião Madeira, enviou ofício a todas as secretarias informando que o Tribunal de Justiça do Maranhão, por unanimidade, “deferiu a liminar que suspendeu os efeitos da Lei Estadual que instituiu o feriado de Corpus Christi no âmbito estadual, determinando, assim, que a data de 16/06/2022 não poderá ser considerada como feriado estadual”. A decisão do TJ foi comunicada à Casa Civil pela Procuradoria Geral de Justiça, por meio de ofício.

Instituições discutem enfrentamento à violência contra crianças

Poder Judiciário do Maranhão, Sistema de Garantia de Direitos e sociedade civil discutiram o trabalho intersetorial nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes e a articulação em rede, durante seminário temático, realizado na segunda-feira (23).

O evento foi promovido pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (CIJ-TJMA) e a Escola Superior da Magistratura (ESMAM), no auditório da Associação dos Magistrados (AMMA), na modalidade híbrida (presencial com transmissão pelo canal do YouTube TJMA OFICIAL).

Na oportunidade, foram apresentadas orientações e propostas para fortalecimento de ações voltadas ao trabalho em rede nos casos de violência sexual de crianças e adolescentes. A iniciativa foi alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (18 de maio).

Participaram profissionais da magistratura, de promotorias de justiça, defensorias públicas, advocacia e demais membros e servidores(as) dos órgãos do sistema de justiça, assistência social e de equipes multidisciplinares atuantes nas áreas psicossociais, jurídicas, profissionais do Sistema de Garantia de Direitos – Conselhos Tutelares, Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, Secretaria de Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Segurança Pública, entre outros.

ABERTURA

O seminário foi aberto pelo presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, e pelo presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, desembargador Vicente de Paula Gomes.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, ressaltou que a sociedade precisa estar mais atenta às crianças e aos interesses delas, com vistas à garantia dos seus direitos. “Precisamos identi-

car o melhor interesse da criança, mais do que uma norma cogente, não só em razão da ratificação da Convenção da ONU. Afinal, esse é um princípio especial que deve ser incorporado no nosso dia a dia. Devemos tratar a criança com a vulnerabilidade que ela merece. Precisamos estar mais atentos e com um olhar mais sensível. Essa é uma luta de todos nós. O país que não cuida das suas crianças não tem futuro”, pontuou.

O presidente do TJMA, Paulo Velten, parabenizou a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA e a Esmam pela iniciativa, garantindo apoio incondicional aos projetos da área. “Vamos prestigiar e apoiar todas as ações da Coordenadoria da Infância. Temos muito a realizar nessa área”, frisou.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, enfatizou a relevância do trabalho intersetorial no combate à violência sexual contra crianças. “A participação de todos é fundamental nesse trabalho intersetorial. Precisamos fazer uma grande articulação em rede voltada para a prevenção e proteção das nossas crianças, envolvendo a família, a escola e os principais órgãos. Afinal, combatermos esse tipo de crime tão perverso é o nosso maior desafio, nessa área”, frisou.

O presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, desembargador Vicente de Paula Gomes, ressaltou a importância do evento com vistas a conscientizar a sociedade a prevenir e reprimir a violência sexual contra crianças e adolescentes. “Precisamos conscientizar a população acerca dessa temática tão importante e incentivá-la a colaborar com as instituições. É fundamental combatermos e reprimirmos, com o máximo rigor, esse tipo de violência contra nossas crianças e adolescentes”, pontuou.

PAINEL

O painel “O trabalho intersetorial nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes – articulação em

rede” contou com a participação do juiz diretor do Fórum de Balsas, Douglas Lima da Guia, magistrado titular da 4ª Vara; secretária Adjunta dos Direitos da Criança e do Adolescente (Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP/MA), Lissandra Leite; consultor de Educação e Proteção à Criança do UNICEF no Maranhão, Ângelo Piccoli Lambert Damas.

O juiz Douglas Lima da Guia apresentou ações e projetos desenvolvidos na comarca de Balsas, voltados para o combate à violência contra crianças e adolescentes. Uma das iniciativas destacadas pelo juiz é a campanha Bela Infância, lançada no município de Balsas, em 2021, a partir de uma iniciativa conjunta do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e do Ministério Público Estadual (MPMA). Na ocasião, ocorreu a assinatura de uma carta de compromisso em prol do cumprimento do protocolo integrado de atenção às crianças e adolescentes.

O magistrado ressaltou que o projeto é realizado de forma permanente com o objetivo de conscientizar a sociedade acerca da temática. Diversas ações foram promovidas pela comarca de Balsas em alusão ao Maio Laranja, inclusive panfletagem durante o maior evento de agronegócios do Maranhão, o AgroBalsas, e visita a comunidades.

Douglas Lima da Guia ressaltou a importância do trabalho intersetorial no combate à violência contra crianças. “O trabalho em rede não é posto. Ele requer muito diálogo entre as pessoas que se predisõem a trabalhar em conjunto. É um trabalho permanente de engajamento e de convencimento. Precisamos nos preparar para atender a sociedade da melhor forma possível”, afirmou.

Em sua apresentação, a secretária Adjunta dos direitos da criança e do adolescente, Lissandra Leite, fez uma retrospectiva sobre o cenário de violência vivenciado por crianças e adolescentes, desde a época da colonização, até

a garantia de direitos voltados para a infância e juventude, no país, com a Constituição Federal (1988); o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990; Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069/1990.

Lissandra Leite destacou a relevância do seminário, do diálogo entre as instituições e do trabalho em rede para garantir a proteção das crianças e parabenizou a Justiça pela iniciativa. “Estou muito feliz por participar deste evento promovido pelo Judiciário. As discussões são fundamentais para aperfeiçoarmos nosso trabalho e cumprirmos o nosso dever. A Justiça é extremamente necessária para efetivar os direitos da infância e da adolescência. Precisamos dialogar sempre e proteger nossas crianças e nossos adolescentes!”, frisou.

O consultor de Educação e Proteção à Criança do UNICEF no Maranhão, Ângelo Piccoli Lambert Damas, abordou sobre a importância do trabalho em rede no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, e destacou o papel exercido pelo Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Ângelo Piccoli enalteceu, ainda, a experiência do Maranhão, na área da infância e juventude, inclusive na comarca de Balsas.

DIREITO

A Constituição Brasileira, em seu artigo 227, assegura a proteção integral à criança e ao adolescente: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

(Amanda Campos - Agência TJMA de Notícias)

Divulgação: Ribamar Pinheiro



O evento foi promovido pelo TJMA e pela ESMAM

Fora da Pauta

Willian Marinho

williamarinho@hotmail.com

Ranking

O site Ranking dos Políticos faz uma avaliação permanente de deputados federais e senadores brasileiros, de acordo com informações obtidas em fontes oficiais como os sites da Câmara, do Senado e dos Tribunais de Justiça. Os critérios para avaliação do desempenho dos parlamentares é votações antiprivilégios, anticorrupção, presenças nas sessões das comissões temáticas e Plenárias, e ser ficha limpa, ou seja, não ter processos, dentre outros.



O deputado Othelino Neto em visita ao novo presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten

Othelino visita novo presidente do TJMA e reitera a boa relação entre os Poderes

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), visitou o novo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, nesta terça-feira (24).

PÁG.3

Othelino visita novo presidente do TJMA e reitera a boa relação entre os Poderes

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), visitou o novo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, nesta terça-feira (24). Na primeira visita de cortesia ao magistrado, que assumiu recentemente o comando da Corte de Justiça maranhense, o chefe do Legislativo reiterou que manterá a respeitosa e harmoniosa relação entre os Poderes. “Além disso, conversamos sobre assuntos importantes para o Legislativo e o Judiciário, entre eles estão projetos de lei que tratam da reestruturação administrativa

do Tribunal e que, em breve, serão enviados à apreciação do Parlamento Estadual”, disse Othelino Neto, acompanhado do procurador-geral da Alema, Tarcísio Araújo.

No encontro, o presidente do TJMA, Paulo Velten, afirmou que dará continuidade ao trabalho do ex-presidente da Corte, Lourival Serejo, mantendo sempre o bom relacionamento institucional com a Assembleia Legislativa. “Estamos dando sequência ao excelente trabalho realizado pelo desembargador Lourival Serejo, que teve todo o apoio da Assembleia em sua gestão. O parlamento sempre tratou com muita atenção



O deputado Othelino Neto em visita ao novo presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten

e prioridade os projetos de organização do Judiciário. E eu fico feliz em ouvir do presidente Othelino Neto

que esse relacionamento institucional positivo terá continuidade”, ressaltou Velten.